

LETRAMENTO E EXCLUSÃO SOCIAL – CONSIDERAÇÕES SOBRE ALUNOS EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

LITERACY AND SOCIAL EXCLUSION - CONSIDERATIONS ABOUT STUDENTS IN CASE FROM PROCESS ALPHABETIZING

*Erica Roberta Dourado¹
Silvane Aparecida de Freitas²*

Resumo

Este trabalho decorre da observação de uma escola no ano de 2010 e nossa proposta de estudo objetiva analisar como os conceitos de letramento e exclusão social são compreendidos pelos professores e gestores de ensino, estudando os sujeitos sociais que participam dessa lógica educacional; da mesma forma como são os discursos de tais sujeitos diante da heterogeneidade de alunos que atendem anualmente. Nesse ambiente, estudar-se-á a relação entre os conceitos mencionados e suas aplicações no ambiente escolar. Para tanto, será analisada uma escola municipal de ensino fundamental de um município situado na região noroeste do Estado de São Paulo, visto que se trata de uma região onde há grande concentração de usinas sucroalcooleiras e um número considerável de trabalhadores rurais que migram, anualmente, de outros estados para trabalharem no corte da cana-de-açúcar.

Palavras-chave: Letramento. Exclusão social. Educação. Heterogeneidade.

Abstract

This work stems from the observation of a school in 2010 and our proposed study aims to analyze how the concepts of literacy and social exclusion are understood by teachers and administrators teaching, studying social subjects who participate in this educational logic, just as are the subject of such speeches before the heterogeneity of students who attend annually. In this environment, it will study the relationship between the mentioned concepts and their applications in the school environment. Thus, we analyzed a public school elementary school in a municipality located in the northwestern region of São Paulo, since it is a region where

¹ Graduada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

² Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Estágio de Pós-doutoramento em Linguística Aplicada (IEL/UNICAMP). Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), vinculada ao Mestrado em Educação e ao Mestrado em Letras. Membro dos Grupo de Pesquisa “Linguística e Ensino” (UEMS).

there are large concentrations of sugarcane mills and a considerable number of rural workers who migrate annually from other states to work in cutting cane sugar.

Keywords: Literacy. Social exclusion. Education. Heterogeneity.

Introdução

Ao longo dos últimos anos, o sistema educacional brasileiro tem passado por diversas mudanças, seja na estruturação dos componentes curriculares, seja nas formas de avaliações em todas as fases da escolarização. Para compreender essas transformações no processo educacional, estudos passaram a analisar o sistema avaliativo adotado e, muitos conceitos passaram a nortear o trabalho de diversas pesquisas de cunho educacional. Partindo dos conceitos mencionados, propõe-se compreender como as constantes mudanças de um estado para outro influenciam no ensino/aprendizagem de crianças em fase inicial de alfabetização e, como as escolas se adequam para atender a heterogeneidade de alunos que recebem anualmente. O papel do professor é essencial na adaptação desses alunos, mas a estruturação da escola é fundamental para a efetivação do desenvolvimento sócio-cognitivo destes.

O percurso estabelecido pelas famílias que migram de um estado para outro, para trabalharem no corte de cana ainda é muito frequente, embora venha diminuindo com a implantação da mecanização neste setor. Questões como adaptação cultural, precarização de moradias, preconceitos de ordem sociocultural são alguns dos problemas enfrentados por aqueles que saem de seu estado de origem em busca de melhores condições de vida. Todos esses problemas atingem diretamente as crianças, sujeitos que estão mais expostos a essas mudanças, uma vez que passam a conviver diretamente com uma nova realidade, visto que dividem seu tempo entre a escola e a rua, locais onde têm contato direto com todas as transformações mencionadas.

As transformações expostas aqui não representam para esses sujeitos dificuldades, pelo contrário, é vista como uma forma de superação aos problemas que encontram em suas cidades de origem. A possibilidade de morar numa cidade em que existe água encanada, energia elétrica, transporte escolar urbano para os filhos e emprego tanto para o pai como para a mãe (infra-estrutura básica), representa uma melhora considerável na renda dessas famílias. O que para nós, às vezes, é visto como exploração, para muitas dessas pessoas é a melhor oportunidade de emprego que possa existir. É justamente na satisfação desses sujeitos que se percebe os entraves para o processo educacional. Entrave no sentido de estagnação, de escolarização como forma de cumprir os protocolos de uma sociedade que se diz escolarizada. A escola deixa de ser o local onde as transformações sociais acontecem, para reproduzir fielmente a sociedade na qual está inserida.

Este trabalho, portanto, decorre da observação de uma escola no ano de 2010. Sua proposta de estudo pretende analisar como os conceitos de letramento e exclusão social são compreendidos pelos professores e gestores de ensino, estudando os sujeitos sociais que participam dessa lógica educacional, bem como são os discursos destes diante da heterogeneidade de alunos que atendem anualmente. Nesse ambiente, estudar-se-á a relação

entre os conceitos mencionados e suas aplicações no ambiente escolar. Para tanto, será analisada uma escola municipal de ensino fundamental de um município situado ao noroeste do estado de São Paulo, visto que se trata de uma região onde há uma grande concentração de usinas sucroalcooleiras e um número considerável de trabalhadores rurais que migram, anualmente, de outros estados para trabalharem no corte da cana-de-açúcar. A opção por não citar o município, bem como a escola analisada, é simplesmente pelo fato de não querer expor e/ou tachar determinada instituição como boa ou ruim, e sim realizar uma pesquisa, cujo objetivo é identificar como as mudanças socioculturais estão ligadas ao desenvolvimento cognitivo de crianças em estágio inicial de alfabetização.

Analisar os conceitos de letramento e exclusão social se faz necessário a fim de entender como o discurso dos sujeitos analisados concebem tais conceitos e como se dá a aplicabilidade desses no cotidiano escolar, visto que se tomarmos o termo letramento como exemplo verificar-se-á que aparece tanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), bem como na Matriz de Referência para Avaliação da Alfabetização e do Letramento Inicial, a qual direciona as bases para a estruturação da Provinha Brasil³, avaliação aplicada aos segundos anos do ensino fundamental de escolas públicas de todo o país e que servirá como base para análise das diferenças existentes entre as classes que serão analisadas nesse estudo.

Estudar o processo ensino/aprendizagem mediante a duas realidades diferentes em uma mesma escola requer análises não só na esfera educacional, mas observações referentes às condições sociais dos sujeitos em estudo. Será a partir dessas premissas que se estruturará a proposta desta pesquisa, tentando entender essa nova concepção de escola, que tem um perfil cada vez mais heterogêneo. Dessa forma, entende-se que a partir do estudo dos sujeitos sociais envolvidos no processo ensino/aprendizagem, mas não somente a partir deles, podemos construir reflexões sobre as ações educacionais que envolvem os processos de letramento e sua relação com a exclusão social.

1. Uma “escola migrante” no noroeste paulista

A falta de vestígios indígenas no noroeste paulista hoje dificulta o imaginário de quem queira voltar ao passado e entender como se deu o processo de formação de muitos municípios do interior do Estado de São Paulo. No entanto, até o início do século XX, a região era ocupada pela tribo Caingang que repelia as tentativas de colonização no local. Foi a partir da intensificação da catequização indígena que permitiu-se a vinda dos primeiros povoadores ao local. No entanto, é a partir da construção da Ferrovia Noroeste do Brasil que muitos povoados passaram a ser designados como município. Assim, é pela expansão agrícola, no contraste entre o rural e o urbano, que muitos desses municípios foram formados.

Com o tempo, a paisagem rural que abrigava as grandes fazendas de café, as plantações de algodão e milho vão sendo substituída pela implantação da pecuária leiteira e de corte. E como nada é imutável, o campo também não esteve livre das mudanças inevitáveis ao

³ A Provinha Brasil é um instrumento pedagógico, sem finalidades classificatórias, realizado desde o ano de 2008, que fornece informações sobre o processo de alfabetização aos professores e gestores das redes de ensino. Essa avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo.

desenvolvimento de um país. Atualmente, a região que era predominantemente agrícola, passa a atender um novo mercado. O mercado da produção de combustível em larga escala, para atender ao mercado interno e a demanda cada vez maior de exportação. O boi que substituiu o algodão e o milho é agora substituído pela cana-de-açúcar e, o etanol, é o produto que impulsiona o desenvolvimento da região.

É nesse cenário de mudanças que está inserido o município em estudo. Trata-se de uma pequena cidade, com pouco mais de 20.000 mil habitantes, que abriga duas usinas sucroalcooleiras, as quais são responsáveis pelo desenvolvimento econômico municipal. Mesmo com a mecanização do setor, o número de trabalhadores que vem de outras regiões para trabalharem no corte da cana-de-açúcar ainda é grande. Assim como é grande, também, o número de famílias que fixam residência na cidade em vez de mudar todos os anos de um lugar para outro. Vindas dos estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia (região nordeste) e de Minas Gerais (região sudeste) essas famílias são oriundas de comunidades bastante pobres, carentes de atendimento às necessidades básicas como rede de esgoto e água tratada. A falta de emprego aliada às más condições de desenvolvimento é que impulsionam muitos pais de famílias a deixarem seus estados de origem e migrarem para o sudeste do país, em busca de melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida. Quando chegam às cidades, onde vão trabalhar no corte da cana-de-açúcar, muitos desses trabalhadores são surpreendidos por propostas de trabalhos não cumpridas e contratos de trabalho que passam longe de atenderem às reais necessidades de um trabalhador. Por outro lado, mesmo não tendo a vida que desejavam, esses trabalhadores vêm nos canaviais uma forma de melhorar seu padrão de vida. É por isso, então, que é cada vez maior o número de famílias que continuam nas cidades paulistas mesmo no período de entressafra⁴.

Para atender a necessidade educacional da população do município e as pessoas que passam por ele, o município dispõe de quatro instituições de ensino responsáveis pelo Ensino Fundamental de Séries Iniciais (1º ao 5º anos), além das creches e Escolas Municipais de Educação Infantil. Para a realização desse trabalho, no entanto, interessa-nos apenas uma dessas escolas de Ensino Fundamental. Localizada em um bairro periférico, é uma escola que possui prédio amplo e instalações em perfeito estado de conservação. Salas de aula com equipamentos de áudio e vídeo, laboratório de informática, biblioteca e brinquedoteca. Além de materiais pedagógicos lúdicos.

A escola está composta por uma equipe de profissionais formados em sua área de atuação e grande parte com especialização na mesma área. Trata-se de uma escola que atende aos requisitos que consideramos essenciais para o bom funcionamento de uma instituição de ensino. No entanto, é preciso entender os fatores que levam turmas de uma mesma escola a terem resultados tão diferentes quando avaliadas pela Provinha Brasil.

Para isso, acreditamos ser necessário mais que descrever a estrutura física da escola, ou o corpo docente que a compõe. É preciso entender quem são e o que pensam os sujeitos

⁴ Período em que as usinas sucroalcooleiras deixam de realizar o corte da cana para fazer o replantio dos canaviais, reparo nos maquinários e trabalham apenas com a cana armazenada no decorrer do ano. Geralmente, tem início no mês de novembro e estende-se até março do ano seguinte. Nessa época, reduz-se quase que completamente o número de trabalhadores responsáveis pelo corte da cana, sendo que apenas alguns continuam prestando serviços às usinas, trabalhando no plantio da cana-de-açúcar.

que participam do processo de escolarização; quem são os alunos que essa escola atende e como a formação desses sujeitos se constituem além dos muros da escola.

O primeiro ponto a se discutir remete ao primeiro subtítulo do trabalho em questão “Uma ‘escola migrante’ no noroeste paulista”. O termo escola migrante é adotado nessa instituição de ensino como uma forma de se referir às constantes transferências que são realizadas no decorrer do ano.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, é preciso trabalhar com estimativas de um ano para outro, ou seja, criam-se salas com um número determinado de alunos, mas sabe-se que no decorrer do ano, essas salas receberão crianças vindas de outros estados, e que essas crianças não permanecerão na escola até o término do ano letivo. Essas características, todavia, não se estende a todas as escolas do município, ao contrário, concentra-se nas duas escolas situadas na periferia da cidade, mas é nessa escola em estudo que ocorre a maior concentração dos alunos vindos de outros estados.

A procura por esta escola não se justifica por sua localização, uma vez que as crianças, que nela estuda, vêm de bairros distantes. A melhor justificativa encontrada, pelo menos até o momento em que este trabalho está sendo realizado, é que a disponibilização de transporte escolar gratuito, concedido pela prefeitura municipal, é o fator principal por essa instituição receber a maior parte dos filhos de cortadores de cana que residem no município.

É preciso ressaltar, também, que as matrículas desses alunos estão centralizadas no período vespertino. O porquê do período vespertino é facilmente entendido, quando conversamos com a secretária da escola, pois, segundo ela, “os pais saem cedo para ir trabalhar na roça e as crianças estão dormindo e não conseguem acordar a tempo de ir pra escola de manhã. Fica mais fácil se elas estudam à tarde, pois tem o ônibus que os leva e podem almoçar na própria escola”.

Traçado o perfil da escola em estudo e dos alunos que por ela são atendidos, é necessário verificar o que pensam os profissionais envolvidos no processo de ensino/aprendizagem dos sujeitos em questão. Para tanto, é preciso entender como esses profissionais concebem o conceito de letramento, presente na estrutura da Provinha Brasil, que permite observar as diferenças entre as turmas analisadas; e o conceito de exclusão social, intrínseco à realidade desses alunos.

2. Provinha Brasil – da avaliação aos resultados obtidos

A Provinha Brasil foi criada em 2008, pelo governo federal, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A avaliação ocorre em duas etapas, uma no primeiro e outra no segundo semestre do ano letivo; entende-se que a aplicação da prova em duas etapas possibilita uma melhor compreensão dos diferentes níveis de aprendizagem em que se encontram os alunos. A avaliação é aplicada aos alunos matriculados no segundo ano do Ensino Fundamental, das escolas públicas de todo o país. A proposta pretende verificar a alfabetização dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental, observando as principais insuficiências das habilidades de leitura e escrita. Segundo o INEP,

A Provinha Brasil é um instrumento pedagógico, sem finalidades classificatórias, que fornece informações sobre o processo de alfabetização aos professores e gestores das redes de ensino e tem como objetivos principais: 1) avaliar o nível de alfabetização dos alunos/turma nos anos iniciais do ensino fundamental; 2) diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita. (2011, n.p.).

A Provinha Brasil é constituída por questões objetivas, sendo algumas lidas pelo professor-aplicador na íntegra ou em parte e, outras, lidas apenas pelos alunos. A prova avalia as habilidades organizadas na Matriz de Referência para Avaliação da Alfabetização e do Letramento Inicial⁵, em que cada questão do teste avalia uma das habilidades proposta pela matriz.

Desde sua criação, a avaliação tem sido aplicada regularmente em todas as escolas públicas do país; no entanto, o que se percebe é que os dados obtidos por meio desta prova não são considerados, pelo menos não no que tange a formulação de pesquisas e/ou propostas cujo objetivo seja interferir na prática escolar das entidades em que os resultados não sejam satisfatórios. Assim, “as atividades das disciplinas escolares e a aplicação regular de exames pelo sistema governamental aparecem como uma espécie de vigilância de atitudes”. (GUERRA, 2008, p.181).

Pode-se dizer, ainda, que não só uma forma de vigiar as atitudes, mas uma forma de mascarar a atual situação educacional do país, principalmente, se pensarmos nos dados que tentam comprovar o crescimento da educação, como os que são mostrados anualmente pelo Índice de Desenvolvimento Educacional da Educação Básica (IDEB).

O nível de desempenho⁶ dos alunos foi analisado após verificar o Guia de Correção e Interpretação dos Resultados, o qual identifica os números de acertos na avaliação e define as características de cada um deles.

NÍVEL 1 - Teste 1 (até 6 acertos)	Neste nível encontram-se alunos que estão em um estágio muito inicial em relação à aprendizagem da escrita. Estão começando a se apropriar dos princípios que orientam o uso do sistema alfabético para ler e escrever.
NÍVEL 2 - Teste 1 (de 7 a 11 acertos)	Os alunos que se encontram neste nível, além de já terem consolidado as habilidades do nível anterior, já associam adequadamente letras e sons. Embora ainda apresentem algumas dificuldades na leitura de palavras com ortografia mais complexa, demonstram ser capazes de ler palavras com vários tipos de

⁵ Verificar a Matriz de Referência para Avaliação da Alfabetização e do Letramento Inicial disponível em: <http://provinhabrasil.inep.gov.br/images/stories/matriz_de_referencia_provinha_brasil.pdf>.

⁶ O Guia de Correção e Interpretação dos Resultados está disponível em: <http://provinhabrasil.inep.gov.br/images/stories/downloads/1_kit_2010/guia_correcao.pdf>.

	estrutura silábica.
NÍVEL 3 – Teste 1 (de 12 a 17 acertos)	Neste nível, os alunos demonstram que consolidaram a capacidade de ler palavras de diferentes tamanhos e padrões silábicos, conseguem ler frases e utilizam algumas estratégias que permitem ler textos de curta extensão.
NÍVEL 4 – Teste 1 (de 18 a 21 acertos)	Neste nível, os alunos lêem textos simples e são capazes de interpretá-los, localizando informações, realizando inferências e reconhecendo o assunto ou a finalidade a partir da leitura autônoma desses textos.
NÍVEL 5 – Teste 1 (de 22 a 24 acertos)	Neste nível, os alunos apresentam um excelente desempenho, tendo em vista as habilidades que definem o aluno como alfabetizado e considerando as que são desejáveis para o fim de segundo ano de escolarização. Eles demonstram compreender textos informativos e narrativos de vocabulário complexo, estabelecendo relações entre as partes que os compõem, inferindo o assunto principal, localizando informações que não são evidentes.

Na escola em questão, foram analisados os resultados obtidos após a aplicação da avaliação no ano de 2010. Na época, duas turmas passaram pelo processo avaliatório, sendo cada uma de um período. Para a realização deste trabalho, adotou-se as seguintes definições para descrever os resultados alcançados: Turma A, período matutino; Turma B, período vespertino. Na Turma A, 21 alunos fizeram a prova; na Turma B, o número é de 16. Para compreender os resultados obtidos, fez-se a porcentagem dos acertos de cada classe e o nível de desempenho em que se encontram, traçando, então, um paralelo entre as turmas analisadas. Assim, obtivemos os seguintes resultados:

- Turma A: 14,28% encontram-se no nível 2; 14,28% encontram-se no nível 3; 19,04 no nível 4; 52,38% no nível 5.
- Turma B: 18,75% encontram-se no nível 2; 37,5% nível 3; 37,5 nível 4 e 6,25% nível 5.

A partir dos dados analisados, verifica-se que aproximadamente 72% dos alunos da Turma A estão classificados entre os níveis 4 e 5, enquanto que esse número cai para 43,75%

quando comparada com a Turma B. Além disso, 56,75% dos alunos da Turma A encontram-se nos níveis 2 e 3, ao mesmo tempo que apenas 28,56% dos alunos da Turma B são classificadas nestes níveis. Diante desses resultados, é preciso compreender como duas turmas de uma mesma instituição de ensino podem apresentar diferenças significativas quando submetidos a uma mesma avaliação.

3. Letramento, exclusão social e o discurso dos professores

A reflexão sobre os resultados obtidos partiu da caracterização das classes analisadas. Portanto, tendo como referência o discurso dos professores das turmas em estudo, chegou-se as seguintes conclusões:

- Turma A: composta por alunos cujos pais, em sua maioria, concluíram o Ensino Básico, sendo que alguns possuem nível superior. Quanto a profissionalização dos pais, são filhos de comerciantes, professores, profissionais liberais.
- Turma B: formada por filhos de trabalhadores rurais que todos os anos deixam seus estados de origem (Bahia, Pernambuco e Alagoas) e migram para o Estado de São Paulo para trabalharem no corte de cana-de-açúcar, nas diversas usinas existentes. Quanto à escolarização dos pais, grande parte não concluiu o ensino fundamental.

Segundo informações dos professores das salas analisadas, verificamos que se trata de salas bastantes distintas, apresentam características quanto a formação fora do ambiente escolar bem diferenciadas. Para esses professores, o fator social aparece como essencial no processo de ensino/aprendizagem desses sujeitos, uma vez que na escola configura-se a formação pessoal que é reflexo do ambiente familiar; da formação do ser anterior ao momento escolar. Entendendo ambiente familiar como essencial na formação do sujeito, infere-se que os alunos, cujos pais têm um grau de escolaridade maior e, conseqüentemente, um padrão de vida um pouco melhor, têm melhores condições de aprendizagem. Em contrapartida, quanto menor for o grau de escolaridade dos pais, menor serão as experiências educacionais da criança ao entrar na escola. Destaca-se, aqui, o termo experiência educacional, já que conhecimento todos têm, nesse caso, estamos nos detendo ao conhecimento sistematizado, e não as experiências de vida dessas crianças.

Nesse processo de entender as dificuldades de aprendizagem do aluno das séries iniciais do Ensino Fundamental, deparamo-nos com os requisitos avaliados pela Provinha Brasil, que pretende avaliar as habilidades de leitura e escrita dos alunos. Nessa avaliação, diferentes gêneros textuais são trabalhados: carta, convite, folheto informativo, propaganda, história em quadrinhos, poesia. Acredita-se, então, que essas crianças reconheçam e relacionem esses diferentes textos em situações variadas; que a habilidade de leitura, principalmente, seja constante em seu cotidiano. São esses requisitos avaliados pela Provinha Brasil que exemplificam que quanto maior o grau de letramento dos pais, melhor o desempenho das crianças em fase de alfabetização. Segundo os PCN,

[...] um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. Essa responsabilidade é tanto maior quanto menor for o grau de letramento das comunidades em que vivem os alunos. (BRASIL, 2001, n.p.).

Assim, como descrito pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, cabe à escola fornecer os “saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania”, ou seja, se há exclusão social, a escola é responsável por ela. E como falar em exclusão social, se o que percebemos não é uma exclusão, mas uma não participação na distribuição dos bens? Os sujeitos de que estamos tratando – pais de alunos- participam da produção de bens, do crescimento do país, são eles os propulsores do desenvolvimento econômico nos últimos anos. Esses trabalhadores são envolvidos pela voracidade do mercado: eles produzem, mas não podem consumir.

Sobre a exclusão social tão discutida e apontada como responsável pelo fracasso escolar, Martins (2008) reflete que

‘Excluído’ é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. ‘Excluído’ e ‘exclusão’ são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e, que por isso, julga os que não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso. O discurso sobre exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem. (MARTINS, 2008, p. 30-31).

Segundo os professores das salas analisadas, nesse caso, os que detêm “o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema”, a falta de acesso às diferentes formas de tecnologias, a privação de fontes de cultura como livros, teatros, cinema, aliado ao baixo nível econômico dessas famílias são entraves para o ensino/aprendizagem dos alunos.

O letramento que tanto é discutido e requerido pelas avaliações do governo não se estende a maior parte da população. Ainda que dados dos últimos anos indiquem o crescimento educacional do país e a queda na taxa de analfabetismo, na prática o que se percebe é um aumento cada vez maior de pessoas que freqüentaram a escola por alguns anos, mas que não tem domínio de leitura e escrita, que não fazem uso das habilidades de leitura fora do ambiente escolar. A autora Magda B. Soares, em entrevista⁷ concedida ao jornal Diário do Grande ABC, em 29 de agosto de 2003, afirma que “é preciso compreender, inserir-se, avaliar, apreciar a escrita e a leitura [...]. As crianças chegam ao segundo ciclo sem saber ler e escrever. Nós perdemos a especificidade do processo”. Para a autora, é necessário que a escola além de ensinar, proporcione aos alunos formas de inserir-se no mundo letrado.

⁷ A entrevista está disponível em: <<http://e-educador.com/index.php/artigos-mainmenu-100/201-o-que-letramento->>.

A mesma preocupação em relação ao letramento escolar é percebida em Kohl, que trata a escola como local em que predomina a descontextualização dos modelos de ensino/aprendizagem

A escola é, assim, um lugar social onde o contato com o sistema de escrita e com a ciência enquanto modalidade de construção de conhecimento se dá de forma sistemática e intensa, potencializando os efeitos desses outros aspectos culturais sobre os modos de pensamento. Além disso, na escola o conhecimento em si mesmo é o objeto privilegiado da ação dos sujeitos envolvidos, independentemente das ligações desse conhecimento com a vida imediata e com experiências concretas dos sujeitos. As práticas escolares favorecem, portanto, o pensamento descontextualizado e a ação metacognitiva. (KOHL, 1995, p.156).

Conforme a autora, a escola reproduz conhecimento em vez de proporcionar que o conhecimento seja construído, que a aprendizagem seja realizada de forma participativa, integrante, potencializadora de novos saberes.

Breves considerações

Entendemos que as reflexões expostas neste trabalho estão em fase de amadurecimento, transitando por um momento de movimentos e mudanças, cabendo salientar que as temáticas propostas para a construção da pesquisa estão, ou pelo menos se pretendem, dialogando com diferentes conceitos (letramento, exclusão social, educação) a fim de compreender o difícil processo de alfabetização, principalmente em situações em que ocorrem não só a heterogeneidade comum ao ambiente escolar, mas numa realidade em que a heterogeneidade caminha por uma linha delineada pela miséria financeira, cultural e social.

Propor analisar o sistema educacional, as formas de avaliação e como são trabalhadas as diferenças no processo ensino/aprendizagem evidenciam que a educação no país não perdeu a sua essência, mas que alguns conceitos devem ser repensados e, principalmente, que a ação transformadora da escola não se faz sozinha, mas por meio da integração das diferentes esferas sociais.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: MEC, 2001.
- GUERRA, Vânia Lescano. *Práticas discursivas: crenças, estratégias e estilos*. Pedro e João editores, 2008.
- INEP. *Provinha Brasil 2011*. Disponível em: <<http://provinhabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: 14 maio. 2011.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Marta Kohl de, (1995). Letramento, cultura e modalidades de pensamento. In: KLEIMAN, A. (Org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras.